

18 AGO 1987

Cabresto eleitoral

ANC J. P. 2

Desde o início dos debates constituintes, um tema tem resistido, impávido, às tentativas de torná-lo mais flexível: o sufrágio compulsório. Da Constituição em vigor, passando pelo anteprojeto elaborado pela Comissão Arinos, até o texto aprovado pela Subcomissão dos Direitos Políticos do atual Congresso constituinte, a obrigatoriedade do voto tem sido mantida quase que como por um imperativo do bom senso. E, no entanto, nada mais distante daquilo que efetivamente contribui para o desenvolvimento do sistema representativo numa democracia.

Na verdade, o problema não chega a surpreender, em um país que tem como um dos vícios mais persistentes de sua organização política o paternalismo, e como uma de suas doenças institucionais crônicas o apeço desmedido por regulamentações detalhistas ou oniabrangentes. O que não torna o equívoco, evidentemente, menos lamentável, nem diminui a necessidade de que se o desfaça, com vistas à eliminação de uma indesejável amarra do processo eleitoral.

Alegam os defensores do voto obrigatório que sua extinção daria lugar —ou até mesmo incentivaria—

o domínio oligopolista do poder, com a consequente marginalização da maioria imensa dos cidadãos. O argumento é especioso, não mais do que isto. Considerado seriamente, implicaria nada mais nada menos que a cristalização do atraso: ao invés de se promover a conscientização do eleitor para suas prerrogativas elementares de cidadania —mediante sua participação efetiva e espontânea no processo político—, fixa-se a obrigação do comparecimento periódico às urnas, e não se fala mais nisso. Não se enfrenta a causa, mitiga-se o efeito, numa inversão de prioridades que traveste em dever sob as penas da lei o que, em qualquer sociedade moderna, é um direito fundamental da população.

O caminho mais eficaz, senão o único, para o amadurecimento político é o exercício da liberdade política, manifestada mais do que nunca na opção pelo voto. Ou isto, ou o que se tem é um verdadeiro cabresto eleitoral, a acompanhar uma democracia permanentemente de muletas. A esperança é que, neste momento em que se aguarda a apresentação à opinião público do substitutivo ao chamado Projeto Cabral, os parlamentares constituintes acordem para a realidade.